

A “Questão Militar”: indisciplina e crise política em meio à crise hegemônica imperial (1868-1889)*

Carla Silva do Nascimento**

Resumo:

Durante a segunda metade do século XIX, a crise do sistema escravista funcionou como golpe certo nos alicerces políticos e econômicos do regime imperial brasileiro. Em conjunto com demandas cada vez maiores de parte da classe dos proprietários agrários e de parcelas urbanas crescentes e com anseios modernizantes, o progressivo movimento pelo fim do trabalho escravo marcou o declínio das bases que compunham a hegemonia escravista imperial. Data da década de 1880 a série de episódios que, durante a crise do Império, opôs parcelas militares e o governo – a chamada Questão Militar.

Este artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a natureza da crise que pôs fim ao regime monárquico à luz da perspectiva de “crise de hegemonia”. Da mesma forma, pretende-se apresentar a Questão Militar como parte integrante da crise hegemônica imperial, uma vez que parcelas das forças armadas que, de acordo com Antonio Gramsci, compõem por natureza a chamada sociedade política, passam a se opor ao regime dentro do aparato estatal do qual são parte integrante. Esta oposição de determinada parcela orgânica do “Estado restrito”, mais especificamente a que detém o monopólio legal da repressão e da violência, surge como mais um indício da crise de hegemonia do Estado imperial.

Palavras-chave: Questão Militar, crise do Império, crise de hegemonia.

Abstract

During the second half of the 19th century, the slavery system’s crisis worked as an accurate strike on the political and economical bases of the Brazilian’s imperial regime. Concerted with increasing demands of certain part of the land owners class, and of the growing urban portion with modern wishes, the progressive movement for the end of slavery labor stamped the declination of the bases that composed the slavery imperial hegemony. Goes back to the decade of 1880 the succession of episodes that, during the Empire’s crisis, opposed military fragments and government – the so-called Questão Militar.

This article intends to present reflections about the nature of the crisis that put an end to the monarchist regime from the perspective of hegemonical crisis. Also, it intends to present the Questão Militar as part of the imperial hegemonic crisis, once military fragments that, according to Antonio Gramsci, belongs to the so-called political society, starts to be against the regime inside the State they are essential part. This

* Uma versão deste artigo foi apresentada em forma de comunicação no XIV Encontro Regional de História – ANPUH-Rio- Memória e Patrimônio, em julho de 2010.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO). Bolsista CAPES. E-mail: csn.nascimento@gmail.com.

opposition of certain organic part of the “restricted State”, more specifically the one that detains the legal monopoly of repression and violence, arises as another evidence of the hegemony’s crisis of the imperial State.

Keywords: Questão Militar, Empire’s crisis, hegemony’s crisis.

Desde a sua consolidação, o Estado imperial apresentou-se como obra da fração fluminense do Partido Conservador, tendo na tríade “saquarema”¹ seus criadores (MATTOS, 1994). Ganhando a disputa com o ideal “luzia” de descentralização política e liberalismo, os saquaremas moldaram um Estado fortemente centralizado política e administrativamente, uma nação que propunham civilizada, e uma sociedade altamente hierarquizada.

Em relação ao formato do Estado monárquico, sua obra estabeleceu-se mediante um conjunto de leis político-administrativas e de instituições de caráter nacional, assegurando a centralização através da reconstituição do Conselho de Estado, do retorno da vigência do Poder Moderador e da coerção através de diversas faculdades do Executivo. Pela capacidade que o projeto “saquarema” apresentava de manter a hierarquia, a ordem e seus favorecimentos, os “luzias” terminaram por se incorporar ao jogo político, num consenso hierarquizante intra-elite (MATTOS, 1994). A construção do Estado nacional no Brasil foi resultado – e fator – da formação de uma classe senhorial escravista que estendeu sua dominação sobre todo o território da nova nação. Essa classe se formou em determinado momento histórico, quando plantadores escravistas da região fluminense, diretamente ligados ao aparelho estatal centralizado, expandiram seus adversários para além das Cortes de Lisboa, aos quais foram incorporados, por exemplo, o governo inglês, com sua política anti-escravista, e os proprietários de terras e escravos de outras regiões com pretensões de autonomia diante do poder centralizado. Nesse processo, os plantadores fluminenses, os comerciantes de grosso trato e os altos governantes do Estado experimentaram e forjaram vivências, sentimentos de identidade e de interesses comuns. Sendo assim, ao mesmo tempo em que se impôs - muitas vezes pela força, por meio do Estado imperial centralizado -, a classe senhorial se expandiu como estilo de vida, atraindo para sua órbita os grupos sociais subalternos (SALLES, 2008). Consolidava-se, assim, a hegemonia escravista através da qual o regime imperial sustentou-se até a sua extinção. Para além do âmbito da coerção, por sua capacidade de direção intelectual e moral, a classe dos proprietários

rurais escravistas foi aceita como guia legítimo, constituindo-se em classe dirigente e obtendo o consenso ou a passividade da maior parte da população diante das metas impostas à vida social e política do Império.

A formação da classe senhorial como classe dominante solidificou uma sociedade hierarquizada, em cujo ápice encontravam-se os grandes senhores de escravos, em especial os fluminenses, subordinados politicamente apenas ao imperador e aos estadistas imperiais. Havia estreita correspondência e dependência entre essas duas ordens, com primazia estrutural da ordem social sobre a política. A escravidão e o controle sobre os escravos constituíam o chão sobre o qual ambas se erguiam. Dessa forma, a crise do trabalho escravo abriu, necessariamente, as portas para a crise do regime (SALLES, 2008).

A partir da segunda metade do século XIX, uma série de mudanças no campo da organização político-econômica da sociedade brasileira passou a exigir do Estado uma capacidade cada vez maior de articular demandas e interesses de grupos diversificados e, muitas vezes, opostos. Numa sociedade em que, desde o fim do tráfico internacional de escravos, em 1850, a crise de carência de mão-de-obra era perfeitamente previsível, a emergência, no cenário econômico, de um grupo de cafeicultores que vinha conseguindo se desvencilhar do trabalho cativo e modernizar seus meios de produção, tornando-se a parcela mais dinâmica da economia, e passando a reivindicar maior participação no jogo político, desencadeou uma crise de direção. Tratava-se de uma cisão no seio das classes que mantinham, inclusive através do consenso, a dominação política e ideológica. O velho Império centralizado já não satisfazia às parcelas mais progressistas deste grupo, interessadas em monopolizar o aparelho estatal em proveito próprio. Essa parcela de proprietários de terra defendia ideias mais avançadas, como a Abolição, a federação, a reforma eleitoral e até mesmo a república.

Simultaneamente às transformações econômicas, algumas regiões passaram a apresentar um forte movimento de urbanização. Delineava-se um mercado interno, junto com o aparecimento de outros possíveis empreendimentos além da agricultura, dentre eles os estabelecimentos industriais. Essa diversificação deu origem a novos grupos sociais com interesses próprios que, frequentemente, divergiam daqueles ligados à classe dos proprietários de terra. Os relacionados à indústria disputavam maior proteção do governo. Tais grupos ganharam voz através dos movimentos republicano e

abolicionista, e de intelectuais que atuavam no sentido de manipular e moldar o imaginário político por meio, principalmente, da imprensa, e dos *meetings*, que se tornaram populares, principalmente no final da década de 1880, através de figuras como Silva Jardim. Os representantes de uma incipiente pequena e média burguesia urbana (COSTA, 1999), composta por profissionais ligados à administração pública, atividades mercantis, liberais e aos bancos, encontraram nos setores progressistas das classes rurais apoio para concretizar seus anseios reformistas.

Em meio ao impasse criado pelo contraste de interesses entre os diversos novos grupos no cenário econômico e, conseqüentemente, político, o sistema federativo passou a figurar como a solução preferencial. Até então, a identificação entre poder político e econômico e a inexistência de conflitos entre as classes dominantes fazia com que fosse possível a manutenção de um regime fortemente centralizado ao longo dos anos. (COSTA, 1999) Entretanto, esse arranjo político tornou-se incapaz de articular os diferentes anseios.

De natureza orgânica, a crise do Estado imperial teve como conteúdo uma crise de hegemonia, ou seja, uma quebra na capacidade das classes dominantes de se manterem também como dirigentes. Foi uma crise hegemônica escravista, no sentido de a própria natureza da sociedade estar em pauta a partir do surgimento, no cenário político internacional e nacional, da crise do sistema de trabalho escravo. Tendo se consolidado sobre bases escravistas, a vitalidade do Estado imperial dependia da força da classe senhorial (SALLES, 2008). Com a aprovação da Lei de Ventre Livre, em 1871, pela primeira vez surgia num horizonte próximo a questão do fim da escravidão, sendo necessário agir para evitar que a crise da mão-de-obra escrava levasse consigo a hegemonia saquarema, e o próprio Império.

Desde a década de 1860, o governo imperial havia dado início a uma série de reformas no sentido de fazer a transição do regime de trabalho no país de maneira controlada, garantindo ao máximo a ordem e os interesses das classes dominantes. Essa atitude da cúpula estadista imperial pode ser entendida pela conjugação de fatores ligados às preocupações nacionais, mas com direta influência da conjuntura internacional momentânea. Ricardo Salles chama atenção para o temor provocado pelo exemplo da Guerra Civil Americana, principalmente a partir da incorporação de ex-escravos e elementos socialmente marginalizados às fileiras do exército durante a Guerra do Paraguai. Segundo o autor, esse fator foi decisivo para a iniciativa dos

dirigentes imperiais que resolveram encaminhar um fim ordeiro e gradual da escravidão por temerem que a ordem e a unidade do Império viessem a ser abaladas pelo ingresso da questão da escravidão na agenda política, o que, de acordo com a percepção da maioria deles, ocorreria ou por determinadas regiões se desincompatibilizarem com a manutenção da ordem escravista e/ou, e o que seria pior, por obra dos próprios escravos e seus descendentes (SALLES, 2008). Nesse sentido, do ponto de vista da manutenção e da conservação do poder, a antecipação dos governantes, inclusive do imperador, na execução de reformas referentes à questão da mão de obra, foi necessária e sensata. Os conservadores agiram para prolongar a vitalidade das instituições políticas, como se estas estivessem aptas a sobreviver à deterioração de suas bases sociais. Entretanto, a libertação do ventre da mulher escrava trouxe à tona a divergência entre a cúpula estadista, que, com a proibição do tráfico em 1850, fora capaz de antever a necessidade de se fazer a transição do trabalho escravo – tido como fadado à extinção – de maneira controlada, e os senhores de escravos rurais, principalmente os cafeicultores do Vale do Paraíba, que viviam o apogeu da escravidão, a qual, mesmo com o fim do tráfico encontrava-se em expansão demográfica na região. (SALLES, 2008). Para uma parcela expressiva da classe senhorial, o Estado parecia deixar de atuar em seu benefício, mesmo que, fora do campo da escravidão, medidas estivessem sendo tomadas objetivando a garantia dos interesses das classes dominantes, como, por exemplo, a reforma eleitoral, que, depois de longa mobilização na imprensa e no Congresso desde a década de 1870, foi aprovada em 1881, estabelecendo o voto direto para as eleições legislativas.

A crise de hegemonia do regime apresentou-se quando este começou a mostrar sua incapacidade de atender às necessidades de uma sociedade em processo de expansão demográfica, modernização econômica, e com demandas sociais mais complexas. Do ponto de vista do arranjo político e das articulações partidárias, seus indícios apareceram a partir da “crise de inversão de gabinete” em 1868; do surgimento de uma parcela das classes dominantes que tinha como palavra de ordem o fim do próprio regime monárquico – o Partido Republicano; da incapacidade dos liberais de se mostrarem como alternativa dentro da ordem imperial, posto que não conseguiam implementar as reformas que pregavam; e na cisão dos conservadores entre os promotores destas mesmas reformas e os “reacionários”, que defendiam, a ferro e fogo, a manutenção de todos os privilégios das classes dominantes (SALLES, 1996). A partir

da década de 1870, a coroa passou a dar provas de falta de agilidade política, atuando num isolamento e defensivismo cada vez maiores. De acordo com Salles, tendo sido os dirigentes do Império capazes de perceber a necessidade de encaminhar o problema da escravidão num momento paradoxal, no qual apesar de já condenado, o trabalho cativo ainda funcionava a todo vapor em terras nacionais, a crise hegemônica escravista do Império teria se antecipado às crises políticas, que se manifestaram mais adiante, principalmente durante a década de 1880, quando as reformas timidamente implementadas mostraram-se incapazes de responder às demandas surgidas com as transformações econômicas e sociais, tais como a mudança do eixo econômico nacional do decadente Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, as incipientes atividades urbanas industriais, comerciais e financeiras, e a emergência de demandas dos setores médios urbanos. Para além do âmbito partidário, através das “questões” religiosa e militar, instituições como a Igreja católica e o Exército deram sinais de ruptura com os aparatos estatais, tornando-se palco e objeto do debate político imediato (SALLES, 1996:169).

Os confrontos que compuseram a chamada “Questão Militar” caracterizaram-se pela indisciplina e pela quebra de hierarquia. Trata-se não apenas de uma questão, mas de uma série de episódios, denominados como tal à época e pela historiografia e que opuseram setores militares e o governo durante a década que antecedeu a proclamação da república. Na historiografia do período não há consenso sobre a cronologia da Questão Militar *stricto sensu*. A maioria dos autores privilegia o período de 1886-1887 como o marco dos conflitos, porém há os que retrocedem até o início da década de 1880.²

Durante as crises, a divergência em torno da disciplina e da escravidão foi uma das principais questões em jogo. A grande simpatia com que oficiais, inclusive de alta patente, enxergavam o abolicionismo opunha-se à orientação política do Império escravocrata. Paralelamente, a insatisfação nutrida por militares quanto ao tratamento recebido do governo, juntamente com o desejo de expressão política na imprensa, funcionou como o motor do embate, que ganhou a esfera pública através da forte atuação da imprensa, em especial da republicana.

O fim da Guerra do Paraguai pode ser tomado como o marco inicial da crise no plano das relações entre civis e militares, cujo desdobramento final foi o golpe militar de 15 de novembro de 1889. Entretanto, os elementos que nutriam a insatisfação militar vinham se desenhando, pelo menos, desde a década de 1850. Com a eclosão do conflito,

o Império deparou-se com um Exército fraco e mal preparado, que sofria com baixos salários, promoções demoradas e manipuladas, instalações miseráveis nos quartéis, castigos físicos e atrasos no pagamento de pensões. As tropas eram compostas com base numa política de recrutamento forçado, que recolhia para as fileiras do Exército basicamente ex-escravos e elementos socialmente marginalizados. À época, cabia à Guarda Nacional o prestígio da carreira militar, fazendo com que, incentivado pelas péssimas condições de vida na caserna, o Exército fosse visto como uma força inferior. Era na “milícia cidadã” que serviam os membros da elite, com exceção de uma parcela da alta oficialidade do Exército e da Marinha.³

Dentro do Exército, a guerra teve um efeito mobilizador. Nesse momento, pela primeira vez na história política do Brasil, desenvolveu-se o que podemos chamar de “espírito de corpo” em torno de questões tanto organizacionais, como políticas e sociais, que seria reforçado com a Questão Militar. Ao retornarem ao país após cerca de cinco anos de conflito, segmentos militares esperavam do governo um tratamento à altura dos esforços empenhados na guerra. Na prática, o que aconteceu foi uma piora em relação à situação anterior. Com os cofres vazios e um montante de dívidas acumuladas em decorrência dos dispêndios de guerra, o governo reduziu ainda mais o orçamento das pastas militares. Parte da oficialidade expressava frustração por não alcançar posições de destaque na sociedade em meio ao reinado marcadamente civilista de D. Pedro II. Aos poucos, ganhava força a oposição entre militares e civis que, até o golpe republicano, se consolidaria alimentada por crises específicas, dentre elas a Questão Militar. Por enxergar os civis como um grupo homogêneo, grupos militares puderam se perceber como um todo diferenciado, unido pelo foco em interesses práticos. Ansiavam por mudanças internas, que dependiam diretamente da modernização econômica e, por extensão, política da sociedade. Atribuía-se o atraso do país à escravidão, o que, consequentemente, impedia o desenvolvimento militar. Tal crescimento dependeria da implantação do trabalho livre e da industrialização nacional, em especial do crescimento da indústria de base e da metalurgia, assim como de investimentos em infra-estrutura⁴ que favorecessem a economia como um todo.

Essa visão de mundo, incorporada por parcelas militares durante a segunda metade do século XIX, deveu-se, em grande parte, à penetração de certas ideias em voga na Europa, que vinham sendo apropriadas pelos meios intelectualizados da

sociedade brasileira. Foi principalmente através dos oficiais chamados “científicos” que a crescente onda cientificista se disseminou nas Forças Armadas.

Na historiografia da República, tem-se destacado a atuação da “mocidade militar”, termo usado para se referir aos alunos da Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha (RJ). “Científicos” e “tarimbeiros” eram as formas como os próprios militares se referiam aos que possuíam, respectivamente, um dos tipos de formação. Por sua vez, os científicos, que supervalorizavam a capacidade intelectual, lançaram mão do termo “tarimbeiro” de forma pejorativa, referindo-se ao militar tradicional, duro, e sem as aptidões superiores do saber. (CASTRO, 1995)

Dentre as doutrinas cientificistas destacava-se o positivismo, que era, em essência, antimilitarista. Porém, o que interessava aos oficiais na doutrina comteana era a valorização da matemática e das ciências físicas, assim como seu desprezo pelos “legistas”, associados a formas atrasadas de política. Ressentidos com a forma clientelística como se organizava a sociedade imperial, esses militares vangloriavam-se por serem formados com base numa meritocracia, ao contrário, supunham, dos “casacas”. Por outro lado, grande parte dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha não possuía vocação militar, tendo optado pela carreira como único meio de acesso à educação superior. Escolhiam a Escola Militar os filhos de militares, os filhos de família pobres e os das províncias decadentes. Para os despossuídos, a Escola Militar era talvez a única opção, o que fez com que o Exército sustentasse uma parcela expressiva de oficiais não vocacionados.

A oposição entre segmentos militares e o governo durante a década de 1880 foi capaz de incompatibilizar com o regime importante parcela da instituição estatal essencialmente responsável pela manutenção da ordem por meio da coerção. Procurando rediscutir esses eventos através de uma perspectiva diferente, busquemos a compreensão do papel desempenhado pelas Forças Armadas, lançando mão da própria formulação de Estado, tal como foi proposta pelo filósofo italiano Antonio Gramsci.

Trata-se da ideia de que o Estado em sentido amplo não possui apenas funções coercitivas, mas também atua para garantir os interesses das classes dominantes por meio da disseminação do consenso através da construção da hegemonia. Situando-se as Forças Armadas como parte daquilo que Gramsci descreveu como o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da violência

e da repressão, e que se identifica com os aparelhos de coerção controlados pelas burocracias executivas e policial-militar – a sociedade política –, pode-se tratar o Exército como um aparelho de repressão estatal, cujo papel é assegurar, legalmente, a disciplina dos grupos que não participam do consenso, podendo ter sua ação também direcionada para toda a sociedade em momentos de crise no comando e na direção, quando o consenso espontâneo fracassa (GRAMSCI, 2000). Portanto, devendo as Forças Armadas garantir a ordem quando o consenso por si só já não é capaz de fazê-lo, nos episódios da Questão Militar observa-se o debate político invadindo a esfera estatal através da ação de grupos militares cujos interesses passaram a se chocar com as instituições do regime. No decorrer dos embates, muitos dos oficiais envolvidos opuseram-se – fosse ideologicamente, fosse por questões práticas – à manutenção do *status quo*. Nessa linha, dois episódios em especial merecem destaque. São eles os casos do tenente-coronel Antônio Sena-Madureira e do coronel Ernesto Augusto Cunha Mattos. Ambos funcionaram como fator mobilizador para uma parcela da oficialidade que já havia se tornado republicana, e que era, em grande parte, composta por alunos da Escola Militar.⁵

Por reclamarem o direito dos militares de se manifestarem livremente pela imprensa, Cunha Mattos e Sena Madureira foram punidos com base em avisos de 1859.⁶ Graças à extrapolação do que se pode chamar de espírito de corpo, que se fortalecia a cada novo incidente, questões inicialmente organizacionais assumiram uma feição política, fortificando a atmosfera que resultaria no golpe de novembro de 1889. A cada novo fato, cresciam as adesões no meio castrense, principalmente dentre a baixa oficialidade, composta, em sua maioria, por alunos da Escola Militar da Paria Vermelha.

Em 1884, Sena Madureira recebeu com honrarias na Escola de Tiro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, o herói do movimento abolicionista do Ceará, o jangadeiro Francisco do Nascimento,⁷ tendo sido destituído do cargo logo após o evento, por se ter pronunciado politicamente contra o regime escravista, dando vivas a uma figura que naquele momento representava a subversão do maior sustentáculo do sistema político.

Em outro episódio, em 1886, quando, ao registrar irregularidades administrativas cometidas no ano anterior por um capitão da Companhia de Infantaria da província do Piauí ligado ao Partido Conservador, o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos foi atacado por um deputado correligionário do capitão em um discurso na Câmara dos

Deputados, vemos um caso de punição militar extrapolar os limites corporativos e invadir a esfera estritamente política. Tendo sido acusado de ter dirigido a artilharia inimiga contra as tropas brasileiras enquanto esteve prisioneiro dos paraguaios durante a guerra, Cunha Matos reagiu através de jornais, sendo preso sob a justificativa de que, pelos avisos de 1859 ainda em vigor, os oficiais estavam proibidos de discutir assuntos militares e políticos na imprensa sem a prévia autorização do ministro da Guerra. Sobre o acontecido, em discurso no Senado em agosto do mesmo ano, o general – e senador liberal pelo Rio Grande do Sul – Visconde de Pelotas, protestou dizendo que a ofensa sofrida por Cunha Matos atingia, na verdade, todo o Exército, e que o ministro parecia considerar um membro da Câmara superior a todos os oficiais. Pelotas levantou ainda a questão de que os avisos valeriam apenas para discussões sobre assuntos militares na imprensa, não podendo impedir os militares de defender o que tinham de mais respeitável: sua honra. (CASTRO, 1995:86)

Com tal postura, Pelotas dava à questão um caráter mais amplo. Tratava-se agora da defesa da honra e dos brios militares, e não mais de um caso específico de punição a um oficial, nem de disputas políticas entre liberais e conservadores. Este sempre foi o assunto realmente em pauta para os militares, quando já alimentavam um ressentimento para com os políticos, os quais, supunham, se julgavam superiores aos oficiais do Exército.

Todos esses debates e polêmicas desenrolaram-se nas vísceras do Estado, o que significa pensar que uma parcela orgânica da instituição estatal, – e não se tratava de uma parcela qualquer, mas daquela que, juntamente com a Guarda Nacional, detinha o monopólio legal da força e da violência – se voltou contra ela. Seria uma crise na esfera da sociedade política.

Alguns anos depois, a simpatia que expressivas parcelas da corporação, incluindo oficiais de alta patente, nutriam pelo movimento abolicionista, fez com que, em 1887, como primeiro pronunciamento oficial do recém-fundado Clube Militar, oficiais mobilizados politicamente se recusassem a perseguir escravos fugidos. Não podemos pensar que todo o Exército fosse abolicionista. Tratava-se apenas de uma vanguarda politizada da corporação. Da mesma forma, outra importante motivação para a recusa estava no fato de a atribuição da tarefa de capitão-do-mato que o governo vinha impondo ao Exército ser tida como menosprezo à corporação. Entretanto, é significativa a presença, no Clube Militar, e à frente da manifestação, do general Deodoro da

Fonseca – figura extremamente influente em meio à oficialidade no período, e que assumiu posição de liderança durante os episódios da Questão Militar – negando-se a exercer uma atividade que garantisse a perpetuação da base estrutural do regime. Assim, sendo atributo da sociedade política adequar a massa popular a um tipo de produção – o que inclui meios de produção e tipo de mão-de-obra - e à economia de um dado momento (COUTINHO, 2007), quando militares se negam a desempenhar o papel de capitão-do-mato, estão na verdade se recusando a exercer as atribuições coercitivas que garantem os interesses da fração da classe dominante hegemônica e dirigente, a dos proprietários de terra escravistas. Deve-se, no entanto, destacar que outra fração das classes dominantes já investia em formas mais modernas de trabalho, e disputava a direção política do bloco hegemônico. Assim, a recusa dos militares não significaria um boicote aos interesses do conjunto das classes dominantes, mas ao de uma fração específica – a escravista.

Com base nessa elaboração é possível repensar o papel atribuído aos militares nas principais interpretações sobre o período. A crise nas relações entre segmentos militares e o governo significou mais uma frente na qual a hegemonia consolidada não conseguiu manter o consenso. Todavia, tal elo se quebrava exatamente nas relações com o aparelho político responsável pela perpetuação do domínio ideológico estabelecido quando este já não se impõe somente pelo consenso. Os episódios da Questão Militar foram, em sua essência, aquilo que Gramsci chamou de uma crise política ocasional, ligada ao campo da superestrutura. Porém, este caráter não é capaz de conferir-lhe toda – ou, pelo menos, mais do que devida – responsabilidade pelo fim do regime monárquico. Tais eventos significaram mais uma manifestação da crise orgânica hegemônica escravista com a qual o sistema político precisou lidar.

Perseguindo a relação entre a crise do Império e a Questão Militar, como crise política conjuntural, o papel da questão castrense foi o de acelerar a resolução da crise orgânica desencadeada com a falência do sistema produtivo escravista. Todavia, a ação dessas frações militares só foi possível graças a outros fatores que se juntaram ao processo de politização de oficiais.

É importante destacar como os republicanos foram capazes de perceber o potencial dos embates entre militares e governo. Durante o período, a imprensa republicana desempenhou papel ativo, atuando no sentido de incorporar as demandas

castrenses, acirrando as desavenças entre o governo e os setores militares envolvidos nos conflitos. Jornais como o *Diário de Notícias*, dirigido por Rui Barbosa, *O País*, dirigido por Quintino Bocayuva e *A Federação*, do Partido Republicano Rio-Grandense, liderado por Júlio de Castilhos, não só deram voz a oficiais protagonistas da questão, como assumiram a função de atores políticos, com artigos persuasivos e de grande repercussão. Uma das ideias levantadas dizia respeito a uma nova forma de governo ser o caminho para o surgimento de uma classe de “soldados-cidadãos”⁸, que eliminaria o caráter marcadamente servil dos exércitos permanentes. A defesa desse ponto de vista funcionava como estratégia republicana de aliança com os militares na luta contra o Império. Daí deriva a ênfase na obediência racional e inteligente como base necessária da verdadeira disciplina, à qual estaria subordinado o “soldado-cidadão”. De acordo com José Murilo de Carvalho, esta noção era carregada de um duplo significado: ao mesmo tempo em que servia como instrumento de afirmação militar, refletia o ressentimento da organização em relação aos civis, em especial ao que o autor chama de elite política. (CARVALHO, 2005) A partir do momento que setores do Partido Republicano se deixam seduzir pela possibilidade de um golpe militar como meio de implantar a república, sua aproximação com militares mobilizados no contexto das “questões militares” – em especial alunos e ex-alunos de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha – torna-se decisiva para o encaminhamento dos fatos. A isso se somou a insatisfação de setores escravistas com a abolição sem indenização, tendo muitos sido incorporados ao Partido Republicano, não só ao da Corte, como aos de diversas províncias (BOEHRER, 2000).

As referências feitas até aqui à imprensa republicana dizem respeito ao período da Questão Militar *stricto sensu*, que se estendeu basicamente pela década de 1880. Entretanto, fato interessante, e em geral negligenciado nos estudos sobre o período, é a existência no jornal *A República*, já nos anos de 1871 e 1872, de uma coluna, intitulada “À classe militar”, e de artigos discutindo o tema das Forças Armadas na República.

Fundado em 3 de dezembro de 1870, junto com o Manifesto Republicano o jornal *A República* constituiu a primeira manifestação importante do republicanismo no Brasil durante os anos de 1870-1889 (BOEHRER, 2000:33). Sua proposta era clara, e foi apresentada, em edição de 1871, nas seguintes palavras:

Tomando a nosso cargo a espinhosa tarefa de redigir um periódico, órgão de um partido forte no país, porque ela nos foi imposta pelos nossos correligionários políticos, a nós, soldados da idéia republicana, temos duas

importantes questões sob as nossas vistas; uma é derramar pelo povo as ideias republicanas, analisar o sistema monárquico, analisando as duas formas de governo e mostrando a superioridade da forma republicana; – é o que faremos com maior esforço e sempre de preferência; a outra é mostrar que o governo monárquico é tão mau, que por melhor que seja o homem, a realeza força-o a perder o que ele tem de bom; a monarquia é má para o país, estraga os homens, ata-lhe as mãos, corrompe o próprio rei.⁹

Entre 1870 e 1872, o jornal foi dirigido por Quintino Bocayuva e Salvador de Mendonça, mantendo o caráter de órgão do recém-fundado Partido Republicano. Em 1872, após atravessar dificuldades financeiras sanadas graças aos esforços de Bocayuva, que logo após assumiria sozinho sua direção, deixou de ser órgão do partido.

A primeira referência, encontrada no jornal, de artigos que discutissem assuntos militares data de 12 de janeiro de 1871. De caráter educativo, tais textos tinham como objetivo discutir a função dos militares na República a ser construída. Declaradamente antimilitaristas – apesar de assumirem tal posição como algo ainda utópico e a ser alcançado no longo prazo, não negando a necessidade da carreira militar para a existência do novo regime –, seus textos apresentam como pano de fundo a análise dos exércitos permanentes e sua função nos governos monárquicos. Trabalham com a ideia de que, enquanto “instrumento cego e sem arbítrio nas mãos dos governos que só da força confiam”, o serviço militar “não pode constituir para o cidadão, que abraça a carreira das armas, senão uma dura e odiosa escravidão”. Segundo artigo publicado na coluna “À classe militar”, “acabasse a classe dos cidadãos escravos e ficasse fundada, em princípio e de fato, a classe dos soldados-cidadãos, e desapareceria o desgosto e antipatia de que se queixam entre nós os militares”¹⁰. Através de questões relacionadas à disciplina, o jornal buscou marcar a função das Forças Armadas na monarquia, e o papel que as mesmas desempenhariam na república. Sobre isso, em 23 de março de 1871, a coluna “À classe militar” publicava:

A disciplina militar em uma república é o patrimônio comum, é a garantia de todos, é a força armada a serviço da ordem (...).

A disciplina não é, como pensam alguns, a obediência cega e passiva que convertendo o soldado em uma máquina inconsciente, tanto o faz servir a anarquia como as ambições pessoais.

Essa, que pode ser a disciplina do absolutismo, não é a disciplina das democracias que se funda na vontade deliberada e na lei, na autoridade legítima dos que mandam como no direito e na consciência dos que obedecem.¹¹

Uma década antes da eclosão dos conflitos que compuseram a “Questão Militar”, os republicanos já se mostravam capazes de perceber o potencial de um

trabalho ideológico direcionado às Forças Armadas. Em texto publicado na mesma coluna, a 7 de março de 1871, temas como o recrutamento forçado, o caráter draconiano do regulamento do Conde de Lippe, os baixos salários e o castigo corporal figuravam nas páginas do órgão do Partido Republicano como pontos de ataque à monarquia.

Para além de sua relação com os militares, tais falas dão pistas sobre a orientação do movimento republicano. Uma vez percebida a importância do apoio militar, não se tratava de orientar as Forças Armadas para nenhum tipo de revolução capaz de modificar as bases da sociedade. O movimento se organizou tendo como única e exclusiva meta a mudança do regime político, o que fica claro em artigo de 12 de janeiro de 1871, no qual afirma-se que “na república (...), não se tem necessidade de forças armadas senão para proteger contra os malfeitores e ladrões a propriedade individual (...).”

A partir desses fragmentos, é possível perceber como, já no início da década de 1870, os republicanos apoiavam-se na noção do soldado-cidadão como instrumento de oposição à monarquia. Argumentando que os exércitos nas monarquias eram o sustentáculo de monarcas falidos e impediam a marcha da sociedade rumo ao progresso social, antes mesmo das mobilizações em torno da reivindicação do direito dos militares de se manifestarem pela imprensa, os republicanos já buscavam jogar com a ideia da autonomia e do reconhecimento da disciplina militar por convicção de sua necessidade e importância, e não por obrigação e imposição.

Durante a “Questão Militar”, os republicanos tiveram a oportunidade de potencializar suas investidas para cooptar o apoio de militares. Porém, a aliança entre a crise política castrense e as investidas do movimento republicano por si só não são capazes de explicar o fim do Império no Brasil. A essa altura, haviam-se manifestado debilidades insanáveis na estrutura do regime, revelando-se o terreno daquilo que Gramsci chamou de “ocasional”, no qual, de acordo com o filósofo, “se organizam as forças antagonistas que tendem a demonstrar que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente” (GRAMSCI, 2000). Nesse caso, a tarefa era o fim do regime imperial que, como sistema político terminou em 1889. Todavia, o impasse em torno da representação política duraria até fins de 1894, quando, de fato, tornou-se dirigente um legítimo representante da nova parcela de classe dominante.

¹ Compunham a tríade “saquarema” Eusébio de Queiroz Matoso da Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai).

² Para mais informações sobre os diferentes recortes cronológicos da Questão Militar ver: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995; SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994 e COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército e a Guerra do Paraguai na Crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

³ Esta força foi, desde a sua origem, composta majoritariamente por membros da elite. Uma hipótese que talvez explique tal característica seja o alto custo inicial para o ingresso dos aspirantes a oficiais. O enxoval inicial, por exemplo, era muito mais caro do que o do Exército, fator que propiciava um caráter aristocrático.

⁴ Investimentos no setor de transportes, como, por exemplo, a abertura de estradas, no setor de eletricidade etc.

⁵ Segundo Celso Castro, em 1887 houve contatos entre oficiais e líderes republicanos em que se discutiu uma proposta de golpe para substituir a monarquia pela república, ideia que, contudo, não vingou. Cf. CASTRO, *op. cit.*

⁶ De acordo com os avisos de 1859, os militares estavam proibidos de discutirem questões de serviço na imprensa sem a prévia autorização do ministro da Guerra.

⁷ É importante lembrar que a abolição do trabalho escravo foi feita antes na província do Ceará, em 1884.

⁸ A noção de “soldado-cidadão” foi melhor desenvolvida por Quintino Bocayuva nas páginas d’*O Paiz*.

⁹ *A República*, 13 de dezembro de 1871 *apud* BOEHRER.

¹⁰ *A República*, 18/3/1871, nº46, p.1.

¹¹ *A República*. “À classe militar”, 23/3/1871, nº48, p. 1.

Bibliografia:

BELLIGNI, Silvano. “Hegemonia”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 2.v.

BOEHRER, George. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: _____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.